



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2014

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

HORA DE ABERTURA: 9h30 horas

PRESENCAS: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), José Carlos de Oliveira Duque (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Esteve igualmente presente o Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, em representação da Câmara Municipal, e os Srs. Vereadores Francisco José de Matos, Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Alda Catarina Sequeira Rodrigues e Rogério Fernandes Duarte.

LOCAL: Sede da União das Freguesias de Carvalhais e Candal

FALTAS: Violeta Sofia Pereira Martins (PS) por motivos profissionais.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS

1 – Período antes da Ordem do Dia.

2 - Período de Intervenção do Público.

3 - Assuntos da Ordem do Dia:

3.1 - Análise da Informação sobre a “Atividade e Situação Financeira do Município”;

3.2 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Programa Municipal de Prestação de Cuidados de Saúde “Mais Saúde”;

3.3 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Posto de Turismo do Município de S. Pedro do Sul”;

3.4 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Desafetação do domínio público de terreno, sito em Bordonhos”;

3.5 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da Termalístur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M.S.A”;

3.6 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Análise da execução orçamental da Termalístur referente ao 1.º trimestre de 2014”;

3.7 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Alteração do Mapa de Pessoal do Município de S. Pedro do Sul”;

3.8 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Abertura de Procedimento Concursal na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas para 10 lugares de Técnico Superior de Ensino de Inglês, 2 lugares de Técnico Superior de Educação Física/Desporto e 11 lugares de Técnico Superior de Atividades Lúdico-Expressivas”;

3.9 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Abertura de Procedimento Concursal na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado para 45 lugares de Assistente Operacional – Apoio Geral e Educativo”;

3.10 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Abertura de Procedimento Concursal na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado para 5 lugares de Assistente Operacional – Cozinheiro”;

3.11 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Autorização de Assunção de Compromissos Plurianuais respeitantes ao Acordo de Cooperação “Enclave”, entre o IEFP e o Município de S. Pedro do Sul”;

3.12 – Análise do “Relatório de Acompanhamento do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), respeitante ao 1.º trimestre de 2014;

3.13 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Nomeação de Auditor Externo do Município de S. Pedro do Sul”;

3.14 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Prestação de contas consolidadas referentes ao exercício de 2013”;

3.15 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Moção sobre os ataques de lobos junto das Aldeias da Serra da Freita”;

3.16 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Regulamento de Mercado de Agricultura Tradicional”;

3.17 – Nomeação do Conselho Municipal de Educação.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Correspondência recebida

Da Câmara Municipal:

- Ofício nº 6942 datado de 20.06.2014 referente a “Sessão Ordinária do mês de junho/2014”;

Publicações:

- “Ecos da Gravia” referentes aos meses de março e maio de 2014;
- Jornal “Voz das Misericórdias” referente ao mês de maio de 2014;
- Jornal “Associação” referente ao mês de maio de 2014;
- Jornal do STAL referente ao mês de maio de 2014.

Ofícios:

- Da CCDRC, datado de 30.04.2014, referente a “Revisão do Plano Diretor Municipal de S. Pedro do Sul”;
- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 21.05.2014, referente a “30 anos da Associação Nacional de Municípios Portugueses”;
- Dos Fiscais Municipais, datado de 23.05.2014, referente a “Encontro de Fiscais Municipais em Almada no passado dia 8 de maio de 2014”;
- Da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, datado de 02.06.2014, referente a “Envio de moção: A água é de todos”;
- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 04.06.2014, referente a “Oferta de Publicação”;
- De M. Guimarães Rocha, datado de 11.06.2014, referente a “Festas da Cidade”;

Mails:

- Do Grupo Parlamentar Os Verdes, datado de 22.04.2014, referente a “Ligação entre a EN333 e a povoação de Barreiro”
- Do Bloco de Esquerda, datado de 07.05.2014, referente a “Informação”;
- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de 08.05.2014, referente a “30 anos da ANMP”;
- Da Câmara Municipal de Mirandela, datado de 09.05.2014, referente a “III Seminário das Assembleias Municipais”;

Convites:

- Do Município de S. Pedro do Sul para jogo de andebol Portugal vs República Checa;
- Da Gazeta da Beira para lançamento do livro “Regresso Imaginário”;
- Da Termalístur para Seminário “Termas de S. Pedro do Sul – potencial para a geração de valor”;



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da Associação Nacional de Municípios Portugueses para comemoração dos 30 anos;
- Da Confraria Gastrónomos de Lafões, datado de 05.05.2014, referente ao XVII Capítulo;
- Da Junta de Freguesia de Valadares para XIII Feira da Laranja;
- Da ANMP para Conferência “25 de abril: 40 anos de democracia”.

APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 24 DE ABRIL DE 2014:

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da sessão referida em epígrafe, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto da mesma haver sido distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do Período Antes da Ordem do Dia, para discussão de assuntos de interesse local, tendo-se verificado as seguintes intervenções: O Deputado Municipal José Carlos de Oliveira Duque (PS) apresentou a seguinte proposta: “No passado dia 20, conforme foi notícia, faleceu o Senhor Dr. Jaime Gralheiro. Foram feitas, anterior ao seu falecimento, as homenagens devidas por parte da Câmara Municipal, que reconheceu o mérito como advogado e o saber de levar a sua arte e cultura ao povo, enquanto dramaturgo e encenador. Nesta Assembleia Municipal, porque reúne hoje ordinariamente, entende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propor que se faça um minuto de silêncio.” A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) fez a seguinte intervenção: “O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não quer deixar de prestar a sua homenagem ao Dr. Jaime Gralheiro, figura destacada do nosso concelho, que recentemente nos deixou e que tantas vezes ergueu a sua voz neste órgão, já que foi deputado municipal, entre outros cargos autárquicos que desempenhou. Reputado pela sua atividade enquanto causídico, Jaime Gralheiro foi sempre o homem da palavra, nas suas discussões políticas, nas barras dos tribunais, mas sobretudo nas obras que nos deixou, com especial destaque para as suas peças de teatro que, mais que entreter, têm como objetivo provocar uma reflexão profunda sobre a sociedade nelas retratada. O seu último livro permite conhecer a história antiga de S. Pedro do Sul e as inscrições nele contidas são um contributo relevante para a monografia do nosso concelho, que importaria levar a cabo e até hoje não passou de boas intenções. Mas foi no diálogo intergeracional que estabeleceu através do Cénico, e ultimamente da Universidade Sénior, que Jaime Gralheiro entrou nas famílias Sampedrenses. Foi notável o trabalho que encetou com crianças, jovens e adultos. Exigente, frontal, homem beirão do estilo aquiliano do antes quebrar que torcer, o Dr. Jaime Gralheiro viveu a sua vida entregando-se apaixonadamente às causas a que se entregou. Com garra, com coragem, sem medo do incómodo que as suas palavras pudessem causar. Nem sempre foi aceite, nem sempre foi reconhecido, mas nunca desistiu. Conseguiu isso sim, o legítimo reconhecimento que o levou a ultrapassar os limites da sua terra e ganhou o seu lugar entre os grandes vultos da cultura portuguesa, por mérito próprio sem qualquer tipo de bajulação. O Dr. Jaime Gralheiro é um baluarte da cultura sampedrense, motivo de orgulho para todos nós. Saibamos seguir o seu exemplo de tenacidade, e de nobreza de espírito, recordando o franco sorriso com que a todos presenteava e os muitos momentos agradáveis que os seus escritos e as suas encenações proporcionaram. Homenageamos pois o



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

homem que partiu, mas que através da sua obra e do seu exemplo continuará presente na nossa memória e na história deste concelho que ele tanto amou.” Após guardado um minuto de silêncio, o Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) apresentou a moção que a seguir se transcreve:” O concelho de S. Pedro do Sul é composto por 10 freguesias e 4 uniões de freguesias, para um total de 16 851 habitantes, segundo o censo de 2011, distribuídas entre a área serrana (maciço da Freita/Gralheira/S. Macário) e os vales dos rios Vouga e Sul, pelo que a orografia irregular complica, desde logo, as acessibilidades e os traçados viários, com tradução em enormes distâncias-tempo; Também é certo que o concelho tem assistido a uma desertificação progressiva das aldeias, por via das migrações internas e externas da população ativa, com reflexos óbvios na diminuição catastrófica das taxas de natalidade e na diminuição da população infantil e juvenil e aumento relativo da população idosa; Por isso temos vindo a assistir à progressiva e compreensível revisão da rede de escolas do 1.º ciclo e do pré-escolar; Relativamente a S. Pedro do Sul, o Governo, através da Direção Geral de Estabelecimentos Escolares (DGESTE) da região centro, elaborou uma primeira lista de 11 escolas a encerrar no ano letivo de 2014/15, identificando as escolas com menos de 21 alunos (Manhouce, Figueiredo de Alva, Bordonhos, Pinho, Pindelo dos Milagres e Sul) e as que possuíam AEF - autorização excecional de funcionamento - Serrazes, Valadares, Fermontelos e S. Félix e JI Freixo; Em reunião havida na DGESTE, em Coimbra, a Vereadora da Educação da CM de S. Pedro do Sul acordou o encerramento apenas dos espaços com menos de 10 crianças, pelo que, dos espaços atrás referidos, apenas deveriam encerrar as escolas do 1.º ciclo de Fermontelos e de Bordonhos, esta a integrar no novo Centro Escolar de S. Pedro do Sul, conjuntamente com as escolas do 1.º ciclo das Termas, Várzea e S. Pedro do Sul; Isto é, a CM negociou o encerramento de 5 escolas: 4 a integrar o novo Centro Escolar da cidade e uma – a de Fermontelos – a associar à de Figueiredo, na mesma freguesia; Acontece que, em 23/6/2014, o município recebeu da DGESTE centro um ofício com a lista definitiva das escolas do 1.º ciclo a encerrar, num total de 8, que inclui as 4 a integrar o Centro Escolar referido, mais a de Fermontelos e a “novidade” das de Valadares, Serrazes e S. Félix. Vejamos estas três realidades: a) Sendo o limite mínimo para uma escola se manter de 21 alunos, não se compreende que Serrazes feche quando este ano letivo teve 22, um deles com necessidades educativas especiais; b) Ainda que Valadares, em 2013/14, tenha tido apenas 14 alunos e funcionado com AEF, possui também um aluno com necessidades educativas especiais e dista 10 km da escola para onde se pretende deslocalizar os alunos, em Santa Cruz da Trapa, sendo o percurso de ligação feito por uma estrada muito sinuosa. c) S. Félix funcionou no ano transato com AEF e 13 alunos, dimensão que estará assegurada já que o Jardim de Infância também funcionou com 13; Sendo certo que ouvimos na semana passada o Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, João Casanova Almeida, em fórum da TSF, que a lista estava “*fechada*”, estamos em crer que a mesma, no que a S. Pedro do Sul diz respeito, poderá e deverá ser reconsiderada, pelas razões aduzidas em resposta fundamentada pela vereadora do pelouro da educação, para além das aqui referidas e a que acrescem as seguintes: a) Os cinco encerramentos previstos e negociados entre a autarquia e o Ministério da Educação implicam acréscimo de despesa com os transportes escolares para a autarquia; b) A situação financeira do município é muito delicada e está nos limites das suas capacidades de resposta a mais este acréscimo de despesas, tanto mais que teve de aderir ao PAEL, em Setembro de 2012, com todos os constrangimentos que ele implica; c) Se crescerem



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aos cinco encerramentos negociados os três que o Ministério quer impor, mais difícil será a resposta para a autarquia; d) Pior ainda se considerarmos que a frota de transporte escolar está caduca, com várias viaturas fora de circulação e sem as garantias de segurança exigidas, o que implicará novas aquisições e para as quais a CM não dispõe de folga orçamental; e) A consumir-se o encerramento de Valadares, há crianças que percorrerão bem mais que os 10kmx2, já que há aldeias da freguesia mais distantes, pelo que terão de levantar-se a horas impróprias para este nível etário; f) Em reunião havida na 6.ª feira passada com os encarregados de educação, em Valadares, a CM ficou a saber que caso a escola feche, metade das crianças será deslocada para o vizinho concelho de Oliveira de Frades, onde os mesmos têm atividade profissional, esvaziando ainda mais o concelho de S. Pedro do Sul; g) Ao encerrarem as escolas de Valadares, Serrazes e S. Félix, qualquer das freguesias ficará sem qualquer escola. Assim sendo, é legítimo perguntar: se a reforma administrativa recente, resultante da Lei n.º 22, de 2012, não acabou com estas freguesias, porque quer, agora, o Ministério da Educação acabar com elas? Por tudo o que fica dito e por entendermos que encerrar uma escola significará a morte de dinâmicas familiares, sociais, culturais e económicas locais e um incentivo claro à aceleração da desertificação das aldeias – um casal jovem jamais se fixará num lugar onde não haja uma escola para acolher os seus filhos! -, propomos: Que seja revista a lista de encerramento de escolas do 1.º ciclo na área do concelho de S. Pedro do Sul, mantendo o normal funcionamento, no ano letivo de 2014/15, das escolas de Serrazes, Valadares e S. Félix, ainda que com autorização excepcional de funcionamento.” O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) continuou a sua intervenção: “O Município de S. Pedro do Sul, por via das complicadas contas, foi obrigado a aderir ao PAEL. Tivemos que aderir a este mecanismo de solução financeira e agora tanto quanto sei está em discussão, ainda com algumas contradições, um novo programa de apoio aos municípios, pois creio que há 30 municípios em rutura financeira e estão a ser discutidos mecanismos de ajuda aos municípios em dificuldade, proposto pelo Governo, através de um documento chamado Fundo de Apoio Financeiro de Apoio Municipal. Eu agradecia que a Câmara nos esclarecesse sobre este ponto, sabendo que o Presidente da Câmara esteve recentemente numa reunião da Associação de Municípios, onde este assunto foi tratado.” A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) fez a seguinte intervenção: “Ouvi muito atentamente a leitura da moção apresentada, mas não indo contra os princípios que jazem nessa mesma moção, entendo que é necessário fazer um pouco de história relativamente aquilo que se passou. A reorganização da rede escolar do 1.º ciclo é um processo dinâmico que já foi iniciado há 10 anos pelo Governo Socialista com o intuito de construir centros escolares para dar uma melhor resposta à qualidade do ensino das crianças tendo em conta a evolução demográfica. Importa também referir que a carta educativa deste concelho foi, salvo erro, das primeiras cartas educativas a serem aprovadas do País, foi aprovada por unanimidade pelas forças políticas no executivo e na Assembleia Municipal, e a mesma já previa a construção de um Centro Escolar em S. Pedro do Sul. Também importa referir que na altura da candidatura para a construção do Centro, houve um acordo de que esse Centro Escolar seria construído com a inclusão de alunos de um conjunto de escolas que tornava o número de salas viável, tendo em conta que o financiamento era por sala e não por Centro. Na altura foi feito o estudo, foi apresentada a candidatura e aprovada por todas as forças políticas com poder para isso, e agora acontece que está na altura de termos o nosso Centro Escolar quase



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em funcionamento e de cumprir aquilo que foi estabelecido e que já estava acordado. Temos que ver também, conforme foi referido pelo Deputado Ferreira Gomes, algumas destas escolas já não eram propriamente escolas, estavam a funcionar ao abrigo de um Despacho que permitia uma autorização extraordinária para o seu funcionamento. Valadares tem uma previsão de 12 alunos para o próximo ano, Serrazes 18, São Félix 12, e eu pergunto também se a questão da qualidade de ensino não será prioritária. Nós defendemos um ensino de qualidade para as crianças do nosso concelho, estamos a investir bastante dinheiro nas estruturas que possibilitem aos alunos uma educação de qualidade, um processo de socialização o mais adequado possível às necessidades. Não podemos esquecer que a escola de hoje não é, nem pode continuar a ser, a escola que era há 15 ou 20 anos, porque a escola tem o papel de preparar os jovens para enfrentar as necessidades da sociedade em que estão inseridos. Nós temos que preparar os nossos jovens para o futuro e isso tem exigências. A escola em que há um aluno numa sala num ano com um professor, e aluno único do seu ano não pode ser aquilo que desejamos para essa criança, não pode ser aquilo que os pais querem para o desenvolvimento dessa criança, não é normal que uma criança esteja sozinha a trabalhar com a professora, não é este ensino que nós queremos. De qualquer modo os pais também têm uma palavra a dizer, os pais querem o melhor para os seus filhos, mas estas questões também têm que ser refletidas. O que está posto em causa não é o encerramento de uma escola, nem podemos comparar o que está aqui proposto com o encerramento de outras instituições em que pura e simplesmente fecham. Aqui não fecham, porque o que interessa é que a resposta continua a ser dada às crianças, em melhores condições que aquelas que têm tido até agora. E nesse aspeto nós temos que saber muito bem do que estamos a falar quando queremos manter as escolas abertas. E nesse caso eu termino perguntando ao executivo: ao querer manter estas escolas abertas será que vai investir nessas escolas para garantir que as crianças que as frequentam tenham as mesmas condições de ensino que aquelas que estão no Centro Escolar? Porque se assim não for então teremos aqui alunos que são filhos e alunos que são enteados. Porque a uns alunos será proporcionado um ensino de qualidade e aos outros continuaremos a fazer aquilo que temos vindo a fazer, que por muita boa vontade dos professores, de modo algum prepara os alunos para a sociedade que cada vez é mais competitiva e precisamos de jovens preparados e qualificados. Termino deixando um voto de louvor aos professores que têm tido um trabalho abnegado de preparar os alunos em condições muito difíceis.” O Deputado Municipal Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) fez a seguinte intervenção: “O tema das escolas é uma preocupação da Freguesia de Valadares desde sempre, tivemos sempre a preocupação de estar próximo da comunidade escolar, também nos sentimos parte dela nas decisões, nas preocupações. Nestes 4 anos já tivemos várias lutas para a Escola de Valadares até hoje não ter sido encerrada. Nos últimos tempos temos contactado o executivo de S. Pedro do Sul e agradeço a atenção da Vereadora em especial nesta situação. Sabemos as condições atuais da escola, que tem estado em funcionamento com uma autorização especial, que tivemos 14 alunos e agora vamos passar para 12. Temos que decidir o que é melhor para as nossas crianças, para as nossas freguesias, mas acima de tudo o que é melhor para as crianças.” O Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS) interrogou a Deputada Municipal Ester Vargas se era seu desejo assistir à desertificação do concelho e das aldeias, uma vez que o encerramento das escolas a isso conduz. Considera que quantidade não é sinónimo de qualidade e que as crianças



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de aldeias afastadas da cidade terão que se deslocar muito cedo para o centro escolar. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) afirmou que o encerramento das escolas era mais um corte a régua e esquadro do Governo sem conhecer a realidade do País, e que o surpreendia a bancada do PSD defender este encerramento. Acrescentou que apenas se guiavam por percentagens para esta medida que pode comprometer o futuro do concelho uma vez que ninguém quer morar em freguesias que não têm serviços básicos. A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) fez a seguinte intervenção: “Fiquei admirada com as intervenções que acabei de ouvir porque eu não vim defender a desertificação das aldeias, porque infelizmente esta desertificação já existe. Este processo de reajustamento da rede escolar foi iniciado pelo Partido Socialista como sabem. Não vamos passar uma esponja pelo passado. Eu não defendi o encerramento das escolas, mas temos que pugnar por um ensino de qualidade, e não podemos ter no mesmo concelho crianças que têm instalações de qualidade e são sujeitas a todo o processo de socialização, que podem ter todo um percurso educativo sólido e adequado às exigências da sociedade em que vivemos, e outras que acabam por ficar nas escolinhas pequeninas e que não têm essas possibilidades. É por uma igualdade de oportunidades que estamos aqui a pugnar, não é para encerrarem as escolas. Por isso perguntei ao executivo se tinha em mente recuar e apetrechar estas escolas com as mesmas condições, porque não podemos permitir que haja alunos no concelho de S. Pedro do Sul que tenham um ensino de 1.^a e outros de 3.^a ou de 4.^o. A questão dos transportes queria referir que há um compromisso do Ministério de transferir para as autarquias trezentos euros por cada aluno deslocado para apoio no transporte, e as pessoas têm que saber nesta reorganização quais são as distâncias para que não se diga que as crianças têm que se levantar às 5 da manhã para vir do Candal para S. Pedro do Sul porque não é nada disso que está em causa.” O Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD) fez a seguinte intervenção: “A freguesia de S. Félix também está na mesma situação que a freguesia de Valadares e Serrazes, mas não podemos colocar todas as escolas na mesma situação. A freguesia de S. Félix tem os 4 anos do 1.^o ciclo, tem um único professor. Eu não sou contra o fecho da escola, mas não faço demagogia aqui porque nós aprovámos por unanimidade a Carta Educativa, fomos a favor de um Centro Escolar e agora estamos aqui a dizer que somos contra o fecho das escolas. É importante realçar que temos que ouvir os pais, que quando virem as condições no novo Centro Escolar vão mudar de opinião. Por isso deixemos que os pais decidam o futuro educativo dos seus educandos.” A Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho respondeu às intervenções: “Eu vou começar por ler uma parte da legislação que está afeta a esta questão que tem a ver com uma resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, e que diz que este processo de reorganização da rede escolar deve continuar a ser realizado em articulação e negociação com os municípios envolvidos e com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, especialmente no sentido de assegurar que são asseguradas as melhores alternativas, de que é montada uma rede de transporte escolar adequada e de definir a calendarização do encerramento dos estabelecimentos nos termos desta resolução. Posteriormente, no ponto 4 diz: determinar que o processo de extinção de estabelecimentos públicos de ensino é articulado e negociado com os municípios competentes tendo em vista a adoção de mecanismos adequados a assegurar estabelecimentos escolares alternativos e redes de transportes escolares para os alunos envolvidos na extinção de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estabelecimentos de ensino. Eu comecei por este ponto porque isto é democracia. O que está aqui nesta resolução é democracia. O que o Governo fez não é democrático, porque nós fomos a 3 reuniões em Coimbra, tanto eu como os Diretores dos Agrupamentos, foram pedidas as nossas opiniões. De acordo com esta resolução, nós demos as nossas opiniões, aliás muito bem articulado com os Diretores das escolas. Tenho a dizer que estavam presentes 4 municípios sendo que o nosso foi o de mais fácil resolução porque nós justificámos o porquê de querermos manter umas abertas; e em relação a outras concordámos com o encerramento, o que foi pacífico, não houve questão nenhuma levantada com o nosso município, ao contrário do que aconteceu com os outros municípios presentes. E depois temos esta resolução da tutela que veio contrariar todo este processo que foi iniciado antes. E a questão aqui tem a ver com democracia, porque se uma resolução do Conselho de Ministros diz que isto tem que ser articulado com os municípios, neste caso não foi. Foi tomada uma resolução contrária ao que diz o documento. Depois, relativamente ao encerramento de escolas, e como disse o Presidente de Junta de S. Félix, eu acho que isto é uma questão de tempo. Porque é que havemos de abrir guerras neste momento. E foi isso que disse à Delegada Regional, até nomeadamente em relação ao S. Félix e a Pinho, eu só lhe pedi que me desse mais um ano para ver como correm as coisas. Relativamente a Serrazes e Valadares, Valadares temos o problema de ser uma freguesia de extremo no nosso Concelho, depois corremos o risco de metade da população ir pôr os seus filhos em Oliveira de Frades e depois nunca mais vamos conseguir reaver estas crianças, porque eles iniciam o 1.º ciclo em Oliveira de Frades e vão continuar, naturalmente, nas escolas de Oliveira de Frades. São crianças que nunca mais voltam para o nosso Concelho. Nós não podemos só pensar nas aldeias desertificadas, nas crianças, também temos que pensar nos professores. Menos escolas, menos crianças, menos lugares para os professores, para os auxiliares, menos emprego. Ou seja, isto é um problema que tem que ser visto de vários prismas. Relativamente às condições da escola, como no anterior executivo eu defendi sempre a requalificação das escolas que iriam funcionar independentemente se a curto prazo iriam encerrar, precisamente pela igualdade de oportunidades e das condições iguais para todos. Nessa altura o Vereador anterior disse-me que tinha requalificado a escola de Manhouce porque era a única que previsivelmente se ia manter aberta a longo prazo. No entanto, já na altura manifestei a minha opinião no sentido de se requalificar mais algumas, porque não se perde nada. Mesmo que elas encerrem, elas ficam com a mais-valia de estarem requalificadas o que daria mais valor na sua venda, e se for para dar a uma Associação também terão outras condições. Tenho a dizer, também, que o executivo já procedeu a algumas alterações nas escolas: na escola de Oliveira de Sul alargámos a cozinha, porque a cantina daquele estabelecimento era muito pequena para o número de crianças que lá almoçavam; em Valadares fizemos a requalificação da rede de segurança do muro da escola, porque havia uma criança com necessidades educativas especiais que de vez em quando fugia da escola; na escola de Pinho também procedemos à colocação da rede do muro para ficar mais segura. O que eu tenho pena, é que numa altura anterior em que havia verba da União Europeia para proceder às requalificações, isso não tenha sido aproveitado. Neste momento é-nos difícil fazer o que gostaríamos de fazer com a pouca verba que temos. Isto tudo para dizer que houve vários erros estratégicos no nosso concelho no que diz respeito à educação, no meu ponto de vista. Um deles foi o Polo Escolar de Carvalhais, que estrategicamente não foi bem pensado. Nós temos um agrupamento de escolas em Santa Cruz da



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Trapa que neste momento tem poucos alunos do 1.º ciclo, e depois temos aqui, a 3 km o Polo Escolar de Carvalhais. Das duas uma, ou ficava aqui este Polo Escolar e albergava as crianças todas ou vice-versa, quando depois na parte nordeste não temos nenhum Centro Escolar que sirva aquelas escolinhas. Além disso, a Carta Educativa já está desatualizada face à diminuição do número de alunos, pelo que tem que ser revista. Estava proposta a construção de um centro escolar na parte nordeste que, se calhar, já não se justifica perante o número de alunos que temos naquela zona, justifica-se requalificar algumas escolas que se vão manter nos próximos anos. Eu estou aqui para defender os interesses do concelho. Na minha opinião, e juntamente com os diretores dos agrupamentos, achámos que esta seria a melhor solução para apresentar na DGESTE e continuamos a defendê-la. Eu mandei um documento a justificar porque é que não concordava com o fecho de Serrazes, Valadares e S. Félix. Vamos pôr uma providência cautelar exatamente por isso, porque o encerramento não foi decidido de acordo com a nossa opinião. Os pais das crianças destes 3 estabelecimentos que não estavam previstos para encerrar estão contra o encerramento. Já promovemos uma reunião em Valadares com os pais e o Presidente de Junta e vamos promover nas restantes freguesias também. Eu compreendo que há questões partidárias, mas eu acho que no concelho devemos estar aparte dessas questões e devemos defender o nosso concelho. Eu penso que não é o momento correto para fechar estas escolas, que isto se vai resolver com o tempo, e foi esta a postura que defendemos na DGESTE.” O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção apresentada pelo Partido Socialista, a qual foi aprovada por unanimidade. O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) fez a seguinte intervenção, que a seguir se transcreve: “Sejam todos bem-vindos a Carvalhais, sede desta grande união de comunidades que é a União das Freguesias de Carvalhais e Candal. Esta união de freguesias representa, por ventura, uma referência de sucesso na recente reforma administrativa. A partilha de conhecimentos e opiniões, as tradições revitalizadas, o dinamismo perseguido, as diferenças feitas sinergias, o respeito mútuo, fazem que, o que já foi conseguido e o muito que ainda há para conseguir, seja um motor motivador para promovermos em conjunto a qualidade de vida no território da nossa união. Esta motivação conjunta, promovida pela agregação das freguesias de Carvalhais e Candal, demonstra o quanto podíamos ter ido mais longe na reforma administrativa no concelho de S. Pedro do Sul, mas não tivemos coragem. Ficámos com medo do julgamento das populações, face à celeuma criada pelos polémicos do costume. Mais uma vez, contribuímos para a abstenção. Preferimos “enfiar a cabeça na areia”, permitindo que outros decidissem por nós o futuro das nossas próprias terras, assumindo eles o ónus da nossa falta de coragem e maturidade política. Mas ainda bem, que para Carvalhais e Candal, o expressar da vontade comum foi profícuo, a união formalizada, ficando a ganhar a população de ambas as freguesias. Carvalhais representa dinamismo, sendo uma das referências do desenvolvimento no nosso concelho. Orgulhamo-nos disso... Esse dinamismo, enaltecido por muitos, relevado por outros, tem sido promovido pelas gentes de Carvalhais, que lutam diariamente pelo sucesso das suas vidas, das suas empresas, dos seus serviços, das suas coletividades e instituições, etc... Gente que não vira a cara, e não se coíbe de contribuir para o bem-estar social da sua comunidade. Tem sido esta gente, que trabalhando e gerindo os recursos aqui gerados, têm, ao longo de décadas, feito de Carvalhais uma comunidade forte, dinâmica, justa, humanista, desenvolvida. Porém muitos problemas subsistem. Permitam-me que aproveite a ocasião para hoje vos falar



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deles. Muito dos esforços feitos pelos agentes económicos e sociais e pela população desta freguesia, não tem vindo a ser reconhecido como devia pelos agentes políticos do nosso município, há alguns anos a esta parte. Merecíamos mais, minhas senhoras e meus senhores... Carvalhais não tem saneamento básico, nem um metro sequer em funcionamento; Não tem ainda uma cobertura total de água ao domicílio (Falta executar a rede de distribuição nas Bouças e Roçadas – a junta de freguesia fez recentemente um pedido de colaboração à Câmara Municipal, uma vez que pretende fazer estes coletores ainda este ano); Tem acessos rodoviários degradados, praticamente em todas as ligações às freguesias vizinhas (Exemplos Estrada de Penso – cuja beneficiação foi interrompida propositadamente no limite de freguesia, Estrada de Ribas, Estrada do Alto Gourim – cujo dinheiro para a reparação foi desviado para outra via, etc.); Não tem acessos, dignos desse nome, às freguesias vizinhas de Sul e S. Félix, que tanta falta fazem ao concelho (exemplos já por várias vezes falados: Estrada Sá – Trigal – Oliveira, Ponte sobre o rio Sul – Ribas-Sacados); Carvalhais tem instalado no seu território, a maior parte do tecido empresarial/industrial do nosso concelho, sem ter um acesso digno, nas ligações às grandes vias rodoviárias que passam na região (quantas vezes já se falou da ligação Alto do Barro – Termas); Possui uma rede viária basta e com algumas vias bastante danificadas e praticamente intransitáveis (exemplo Estrada Reguengo Prendedores, centro do lugar de Favarrel, estrada Mourel – Favarrelinho – Carvalhais, etc.); Não tem ainda todas as habitações servidas com acessos pavimentados; Tem uma das maiores áreas florestais do nosso concelho, mesmo fora dos baldios, sem acessos ou com acessos obsoletos (exemplo Zona de Ribas e Belgão, onde já foi pedida recentemente intervenção à Câmara Municipal). Com os diabos, dizia-se que vinha tudo para aqui, porque raio não vieram as resoluções destes problemas que ainda subsistem? Porque é que algumas das outras freguesias já têm estes problemas resolvidos e nós ainda não? Para os do PS, esta narrativa interessava eleitoralmente, fazendo passar a mensagem de que as outras freguesias eram prejudicadas face a Carvalhais e portanto não se devia votar em alguém de Carvalhais, o que seria uma espécie de “lobo mau” para o resto do concelho. Para os do PSD, então no poder, esta narrativa funcionava como uma espécie de “cortina de fumo”, que ocultava investimentos e fornecimentos noutras freguesias, enquanto a mensagem ia descansando as suas fações partidárias e os autarcas das freguesias beneficiadas, e outros esperançados de vir a ser beneficiados. E Carvalhais perdeu? Não, minhas senhoras e meus senhores, poderá ter perdido algum apoio, colaboração e até consideração, mas tornou-se numa comunidade mais forte, coesa, dinâmica, perspicaz, astuta e eficaz, tornou-se numa freguesia com pessoas capazes de superar desafios e conseguir fazer. Orgulho-me, porque esta junta de freguesia, e as outras que nos antecederam, trabalharam e trabalhamos, dia após dia, contribuindo para este desígnio, e poderão ter a certeza que iremos continuar, agora com Candal, no desenvolvimento e promoção do nosso território, das nossas gentes e naquilo que, unidos temos de melhor. Candal, por sua vez, também foi uma freguesia esquecida durante muito tempo. O facto de possuir rendimentos comunitários próprios parecia permitir à Câmara Municipal, dar-se ao luxo de não assumir as suas funções e competências de autarquia local por aquelas paragens. Nas últimas décadas, apenas o acesso pela estrada da Landeira (pago pelas eólicas, pela população e pela estrada de Sá) foi feito... mais recentemente foi cedida uma máquina para rasgar o troço sinuoso da futura variante. Agora porém, com a união das freguesias, prevemos que seja diferente, quanto mais não seja, alegando critérios de comparação



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nos dois territórios e noutras freguesias. Queremos que Candal seja para a Câmara Municipal um local de investimento e não só de rendimento. Para Carvalhais e Candal, é urgente mudar de política, esta política de terra queimada, do rancor, da dor de cotovelo, da falsa e empolgada propaganda, da arrogância, da procura de protagonismo, não serve a nossa união de freguesias, nem serve o nosso concelho, meus amigos. Penso que não será com este executivo à frente da Câmara Municipal que iremos mudar, lamento mas é o que eu perspetivo, antes me enganasse, mas creio que irá continuar o sectarismo, a diferenciação entre pessoas, interesses e freguesias. O Sr. Presidente não terá a coragem de romper com este ciclo vicioso e não conseguirá ultrapassar o rancor e as pressões dos que o rodeiam e que sustentam o seu poder... e Carvalhais e Candal lá continuarão a penar. Como gostaríamos que viesse a ser diferente. Senão, vejamos, tenha a coragem de nos ajudar a conseguir os nossos objetivos; Tenha a coragem de colaborar na conclusão do abastecimento de água na freguesia, aproveitando a iniciativa da junta para o efeito; Tenha a coragem de iniciar o saneamento básico, nem que comece para já nos lugares com estradas e arruamentos mais obsoletos; Tenha a coragem de nos apoiar a pavimentar todos os acessos a habitações ainda não servidos de pavimentação; Tenha a coragem de reparar os acessos a freguesias nossas vizinhas; Tenha a coragem de promover e resolver a reparação em definitivo da Estrada Sá – Alto do Gourim – Coelheira, que representa mais de meio milhão de euros de receita anual para a Câmara Municipal, e que tanta falta nos faz, para a ligação interna na união de freguesias; Tenha a coragem de colaborar na conclusão da variante a Candal e na ligação ao Município vizinho de Arouca; Tenha a coragem de nos dar apoio, junto da Adrimag e outras entidades, para que os projetos por nós candidatados sejam aprovados e aplicados de forma eficiente; Tenha a coragem de promover a fixação de pessoas nas nossas terras, promovendo iniciativas que estimulem o investimento particular e a criação de emprego, em torno do nosso know-how e dos nossos produtos autóctones; Tenha a coragem de fazer a próxima edição da Festa da Vitela na freguesia de Candal; Tenha a coragem de envolver esta junta de freguesia, apesar de ser liderada pela oposição, em todos os assuntos que dizem respeito ao nosso território; Tenha a coragem de corrigir a CAOP, que como tem conhecimento, está totalmente errada no nosso concelho; Tenha a coragem de ser diferente, até daquilo que tem sido. A Escola de Candal já foi vendida e a de Sá vai ser vendida, um encaixe financeira para a Câmara num valor de 170 mil euros, e exijo que tenha a coragem de investir o dinheiro da venda nesta freguesia. Alguém com responsabilidade no município disse recentemente, e passo a citar: “Carvalhais já mamou aquilo que tinha a mamar...”, pois fiquem sabendo, minhas senhoras e meus senhores, que Carvalhais já está “desquitado” há muito tempo, e infelizmente já nos habituamos a viver desamparados. Não iremos deixar de viver as nossas vidas, nem de melhorar a qualidade de vida da nossa comunidade, sem o amparo que a Câmara Municipal nos deve dar e não deu, e que possivelmente não nos dará no futuro. Sr. Presidente da Câmara Municipal, a Freguesia de Carvalhais e Candal agradece as reparações dos buracos, a desobstrução de aquedutos, a cedência de alguns materiais, mas o que pretendemos, e o que nos referimos neste discurso, é que a Câmara nos ajude a resolver as dificuldades estruturais da nossa comunidade. Para nós, seria muito mais fácil fazer cumprir o nosso papel, se a União das Freguesias de Carvalhais e Candal fosse de futuro tratada de forma igual a outra qualquer freguesia do concelho. Será isso que não nos iremos cansar de prosseguir e reivindicar. É para isso que cá estamos, foi por isso que confiaram em nós.” O Deputado Municipal José Baltazar Cardoso



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Correia (PS) referiu que na época difícil que atravessamos o apoio social às populações é premente. Parabenizou o executivo que tem desenvolvido ações de valor e pertinência na área da intervenção social, tendo sublinhado as diversas vertentes do projeto Mais Solidário tais como o Mais Natalidade, Mais Educação, Mais Conforto e Mais Saúde. Questionou o executivo sobre mais propostas que estejam a ser equacionadas para continuar a proporcionar à população a qualidade de vida e bem-estar que necessita. O Deputado Municipal Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS) solicitou esclarecimentos ao executivo acerca de uma notícia que tinha sido publicada no Correio da Manhã sobre os 2 milhões e 700 mil euros transferidos para a Câmara Municipal na sequência da adesão ao PAEL, uma vez que o Presidente diz publicamente que a Câmara não tem dinheiro. O Deputado Municipal José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS) apresentou dois assuntos reportados por cidadãos da sua freguesia. O primeiro referente ao rochedo existente no campo de futebol junto à Associação de Mosteirinho, resultante de um desaterro feito no tempo do executivo anterior, para alargar um caminho em terreno cedido por um particular que agora quer os trabalhos concluídos para poder vedar o seu terreno. Assim, e uma vez que a Câmara Municipal informou que este trabalho tinha que ser feito recorrendo a explosivos e não existiam funcionários especializados para o fazerem, solicitou que a retroescavadora fosse utilizada para partir a pedra. O segundo assunto prende-se com as Festas da Cidade que considerou terem sido bem conseguidas ao serem realizadas por artistas da terra. No entanto, pediu esclarecimentos à Vereadora Teresa Sobrinho sobre quais as razões que levaram a negar à União Desportiva e Cultural de Pinho a possibilidade de estar presente com o seu bar, como aconteceu nos últimos 5 anos, o que deixou muitas pessoas revoltadas. O Deputado Municipal João Carlos de Oliveira Matias (PS) felicitou o executivo por continuar a tomar uma atitude de liderança, e pela assinatura do Protocolo com a Universidade da Beira Interior, que apesar de existir desde 1997, foi subaproveitado pelo executivo anterior. O Município alargou o protocolo e enveredou por situações que podem tornar o concelho líder na área da formação e investigação, não só no termalismo mas também na aplicação de novos materiais naturais. O Deputado Municipal Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS) referiu que a Junta de Freguesia de Valadares necessitou em março de um seguro de acidentes pessoais e que foi informado na Câmara Municipal que o seguro para o executivo das juntas já não existia. Questionou o executivo se esse seguro vai ser retomado. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) fez uma homenagem às Associações, Juntas de Freguesia, coletividades e agentes comerciais que alegraram as Festas da Cidade, porque considerou que sem eles as Festas tinham sido um fracasso. Considerou ainda que se deveria arranjar uma alternativa de espaço para realização deste tipo de eventos uma vez que o Largo da Câmara é um espaço nobre. Questionou o Executivo sobre o processo de contraordenação instaurado pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território a decorrer no Tribunal de Vouzela. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) realçou o que já foi feito na área da juventude e do desporto no concelho, tal como a requalificação do parque desportivo municipal, instalação de painéis solares no Complexo Desportivo, reativação da sauna, instalação de aquecimento no Estádio Municipal, reparação do Pavilhão da Lameira, limpeza dos percursos pedestres e obras na sala de squash. O Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS) congratulou a Câmara Municipal que em parceria com as Juntas de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia está a desenvolver um trabalho profícuo em prol da população do concelho, que não se torna muito visível porque não são grandes obras. No entanto, referiu que são obras para o bem-estar dos munícipes tais como a requalificação dos fontanários das Termas, a Estrada Municipal entre Pindelo dos Milagres, Sobral, Rio de Mel e Pinho, entre outras. Questionou o executivo sobre a situação atual do projeto de prolongamento da Av. Sá Carneiro à EN227, quantos lugares de estacionamento vai ter. Questionou ainda quais as razões que levaram à suspensão da construção do muro de suporte da Estrada Municipal em Mosteirinho. Solicitou ainda esclarecimentos sobre os motivos que levaram ao aumento das tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos. O Deputado Municipal António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD) mencionou que na última sessão da Assembleia Municipal solicitou a deliberação da Câmara Municipal sobre o pagamento da ceia de Natal assim como a fatura respetiva. Referiu que há 8 meses que vem solicitando ao executivo colaboração efetiva para se fazer algum trabalho nas freguesias, colaboração ao nível da mão-de-obra e ainda a retroescavadora, em locais tais como o cemitério, valetas de Vila Nova e estradões municipais, não tendo havido ainda colaboração por parte da Câmara Municipal. Disse que ainda esta semana viu passar a retroescavadora e a niveladora por um estradão completamente deteriorado entre Sacados e Ribas, não sabendo para que freguesia se dirigiam, e o arranjo que precisava fazia-se em pouco tempo. A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) referiu, relativamente aos apoios sociais concedidos, que a sessão pública que decorreu no Salão Nobre para atribuição dos cheques-subsídio da natalidade, não deveria ter sido aberta à comunicação social, uma vez que as pessoas presentes passavam por um situação de fragilidade não deveriam ser expostas, mas sim, deveria ter sido preservado o sigilo desta situação. A Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho fez a seguinte intervenção: “Começando pelas Festas da Cidade, eu acho que é do conhecimento geral, que esta Câmara não tem as verbas disponíveis que o nosso concelho “mereceria”, porque eu não considero que estas festas este ano foram menos boas que as outras que foram feitas. Em tempos de vacas magras, na minha opinião devemos dar a ganhar aos nossos, e foi isso que fizemos este ano. Na impossibilidade de atribuirmos subsídios diretos quer a associações, quer a grupos, porque não o podemos fazer, foi uma forma que arranjámos de ajudar os nossos, e com isso promovermos o que temos de melhor. Não penso que foram desmerecedoras em relação às anteriores, penso que foram diferentes. Houve muitas opiniões contra, outras a favor. Foi uma aposta na diferença e foi uma aposta essencialmente nas comunidades, ou seja, mesmo a questão do palco que foi alvo de algumas críticas, umas que começaram quando ele foi montado no local, sem terem noção de como o resto ia estar, e houve pessoas que se dirigiram a mim e criticaram inicialmente a colocação do palco e depois, perante toda a envolvimento, disseram que o palco estava bem localizado. A ideia foi promover o salutar convívio entre os Sampedrenses, por isso a disposição permitia que as pessoas estivessem todas reunidas naquele espaço onde poderiam estar a jantar. Respondendo ao Presidente da Junta de Pinho, este assunto foi a reunião de câmara no dia 11 de junho, com o documento final para aprovação. O pedido da Associação de Pinho entrou na Câmara no dia 17 de junho, esta foi a razão pela qual não foi aceite, porque estava fechado o programa das festas. Eu gosto de preparar as coisas com antecedência e gosto de ter as coisas bem organizadas, e peço desculpa, mas não é com uma semana de antecedência que se mete um pedido. Relativamente aos cheques de natalidade, quando foi a atribuição, convidámos as



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

peças para estarem no Salão Nobre para a entrega do 1.º cheque. No fim, a comunicação social quis fazer fotos e nós alertámos que só ia aparecer quem assim o entendesse.” O Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte intervenção: “O Deputado Ferreira Gomes começou por falar no Fundo de Apoio Municipal e eu queria dizer que isto é mais um erro do nosso Governo, que vai empobrecer os municípios do nosso País, e principalmente S. Pedro do Sul. Foi uma lei aprovada recentemente na Assembleia da República e que vai tirar ao nosso concelho 1,2/1,3 milhões de euros nos próximos 5 anos, porque existem Câmaras Municipais no nosso País que estão completamente endividadas, que nem têm dinheiro para pagar vencimentos, e cuja culpa não é de quem lá está, mas dos executivos anteriores. E se a Câmara de S. Pedro do Sul não está no rol das 30 câmaras que estão nessa situação é porque foi criada uma Empresa Municipal na qual se dividiu a dívida da autarquia. Isto é, a dívida da autarquia andava nos 26 milhões de euros, e tendo sido dividida passou a ser de 12 milhões de euros. Sendo a Termalístur uma empresa municipal e sendo as contas consolidadas, a verdade é que a dívida existe. O Governo, considerando que havia necessidade de ajudar as autarquias que estão falidas e vai criar um género de um banco que vai ser financiado em 70% pelas Câmaras Municipais e 30% pelo Estado, sendo este que vai gerir estes fundos. A autarquia sampedrense está a passar as dificuldades que todos conhecem e a verdade é que o Estado nos próximos 5 anos nos vai retirar 1,3 milhões de euros que tanta falta nos vão fazer para obras. A Deputada Ester Vargas disse que não podia haver estudantes de 1.ª e de 2.ª e eu concordo inteiramente com isso. Mas quero-lhe dizer que o mesmo se passa com as águas e saneamento, e nós temos no concelho pessoas que pagam tarifas completamente diferentes umas das outras, temos uma série de freguesias que estão a explorar águas, algumas associações de compartes e temos pessoas no concelho que não pagam água nenhuma. É um assunto a ser resolvido brevemente, temos que colocar o município a ser apenas um e todos a pagar da mesma forma, e na questão da educação tem que ser igual. No que diz respeito à intervenção do Presidente da Junta de Carvalhais, falou uma série de vezes em coragem, e eu devo dizer-lhe que nesta sala não haverá ninguém mais corajoso que eu. Não será por falta de coragem que não irei implementar algumas medidas. Referiu que Carvalhais tinha falta de saneamento, que algumas povoações não tinham água, estradas esburacadas, mas infelizmente esses problemas existem por todo o concelho. Houve muitas verbas para candidaturas para saneamento, inclusive de 90%, e a verdade é que a Câmara Municipal nunca as aproveitou. Agora estamos a encetar uma nova política de saneamento, temos que começar praticamente tudo, inclusive estamos em negociações para a construção de uma nova ETAR, porque a ETAR de Valgode tem problemas, e respondendo ao que o Deputado Lopes Ribeiro falou do processo de contraordenação, diz respeito a uma coima de 2011, que só chegou no final de 2013, referente a uma descarga ilegal para o Rio Vouga. E posso dizer que, conforme houve essa, estamos sujeitos a que nos próximos tempos, e está dependente do estado de degradação dos equipamentos da nossa ETAR, existam mais. É por isso que estamos a pensar numa ETAR nova, uma obra de cerca de 2 milhões de euros. Esta obra irá ser realizada em conjunto com o Município de Vouzela. Já está a ser feito o levantamento topográfico desde as Termas até Valgode de forma a levar o saneamento através do rio, seguindo as quedas naturais de água, contrariando tudo o que foi feito no passado com as estações elevatórias, que são máquinas que gastam muita eletricidade e se avariaram com muita facilidade. Numa 1.ª fase vão ser contempladas as antigas freguesias de São Pedro do Sul,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Várzea, Baiões, Bordonhos, Serrazes e uma possível ligação a Santa Cruz da Trapa. Ao mesmo tempo, em Fermontelos já começámos a fazer levantamentos topográficos e mini ETAR para recuperarmos o que já foi iniciado. Estão colocados canos na povoação de Fermontelos que estão há 15/16 anos sem serem utilizados, pois nunca foi construída uma fossa para receber esses esgotos e esta situação repete-se por outras localidades do nosso concelho. Contudo, só conseguimos fazer alguma coisa ao nível de saneamentos e águas se tivermos candidaturas aprovadas. A questão da estrada de Sá para Gourim cujo dinheiro foi desviado, concordo consigo, mas esse desvio não foi feito por mim nem pelo meu executivo, mas sim pela anterior Câmara Municipal e tenho pena que na altura não se tenha castigado quem o fez. Se há coisa que me preocupa são as nossas matas florestais, e aí também concordo consigo, só que nós temos uma motoniveladora que trabalha um dia e no dia seguinte está avariada. E é esta a realidade que temos, é uma máquina cara e não temos capacidade para comprar outra, é a máquina de que mais precisamos. Numa recente reunião da Câmara Municipal houve um vereador da oposição que afirmou que até trazíamos muito para Carvalhais, e é claro que não concordo com ele porque nenhuma freguesia tem sido beneficiada, mas tenho noção de quais são as prioridades seja de que freguesia for. Em relação ao rol de obras de que falou esgotava o orçamento da Câmara Municipal para os 4 anos. Falou ainda na questão da variante do Candal, quero dizer que ainda esta semana foi apresentada uma candidatura para essa estrada. A candidatura não vai concluir a estrada, vai beneficiar o que já foi feito. Quanto ao encaixe financeiro com a venda das escolas, as de Carvalhais ainda não foram vendidas. O dinheiro da venda das escolas entra num bolo, que é o bolo da Câmara Municipal, e a verdade é que mesmo que vendêssemos as escolas todas não conseguimos ter encaixe financeiro para sairmos dos fundos negativos. Eu não posso investir o dinheiro da venda das escolas em Carvalhais porque esse dinheiro entra no bolo da Câmara Municipal. Em relação ao PAEL, referido pelo Deputado Rui Almeida, a Câmara anterior ao aderir a este programa e recebeu 2,8 milhões de euros. Só que aderir ao PAEL implica determinadas obrigações, uma delas é o aumento das taxas das águas, do saneamento básico, do lixo, venda de imobiliário, porque as escolas não se vendem por autorrecriação, mas sim porque somos obrigados a vender património municipal. Quem recebeu o dinheiro do PAEL foi a anterior Câmara Municipal, e mesmo assim chegámos em outubro e tínhamos 26 milhões de euros de dívida. De qualquer forma conseguimos fazer com que não aumentasse o IMI e vamos tentar não recorrer ao Fundo de Apoio Municipal. O compromisso que foi assinado pelo anterior executivo para aderir ao PAEL implica que tenhamos que aumentar as taxas todos os anos. Em relação ao rochedo que o Presidente de Junta de Pinho referiu, o que me foi dito é que as máquinas não tinham potência para remover aquela pedra, por isso a única solução será através de explosivos e isso só é possível quando tivermos fundos positivos. Em relação às Festas da Cidade e respondendo ao Deputado Lopes Ribeiro, pergunto-lhe como é que organizava as festas sem ter fundos positivos? As festas foram um sucesso e o dinheiro ficou no concelho. E como é que os presidentes de junta reagiriam se gastássemos dezenas de milhares de euros em festas quando nos solicitam obras e nós temos de dizer que não temos dinheiro? Cada Concelho faz as festas que pode fazer, e preferimos não gastar dinheiro em grandes grupos e grandes cartazes e poder aplicá-lo nas nossas freguesias. O Protocolo com a UBI foi mais uma ação bem conseguida por esta Câmara Municipal, estamos a falar de investigação feita junto das Termas, alunos da UBI vão ter aulas em S. Pedro do Sul



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

num curso de pós-graduação, o que será uma mais-valia para a hotelaria e restauração. Em relação ao que falou o presidente da junta de Valadares, devo dizer-lhe que enquanto presidente de junta sempre paguei os seguros para os autarcas, e que se a sua junta tem dinheiro para oferecer os livros escolares também tem para fazer os seguros de acidentes pessoais. No que diz respeito ao desporto, recebemos os pavilhões municipais completamente degradados, só para o pavilhão da Lameira foram adquiridos 600 ou 700 parafusos para segurar o telhado. Estamos a recuperar a sala de squash e a sauna, que já não eram utilizados há anos, instalámos os painéis solares, remodelámos todo o sistema de aquecimento das águas. A ligação da Av. Sá Carneiro à EN227 está entregue a um empreiteiro e pode começar a qualquer momento, tendo que estar terminada em março ou abril de 2015 e irá criar cerca de 140 lugares de estacionamento. A questão do muro de Mosteirinho em Pinho é um muro de suporte a uma Estrada Municipal que ruiu no último inverno. Os nossos funcionários começaram a construí-lo, mas um deles, o pedreiro, adoeceu, teve um acidente e necessita de 2/3 meses para recuperar e enquanto esse funcionário não regressar não podemos recomeçar o muro. Temos mais de 30 muros para fazer, e de seguida vamos ter de fazer um muro no Centro Escolar, porque não estava previsto nenhum estacionamento e agora tivemos que fazer um à última da hora, e o que agrava a situação é não termos funcionários de exterior suficientes. Além disso, agora nem podemos ir buscar pessoal ao Centro de Emprego porque temos que ter fundos disponíveis para pagar aqueles 15 ou 20%. Também temos outro problema que é o facto de os nossos engenheiros terem computadores e programas informáticos obsoletos. Para o ano vamos ter que comprar material informático novo, temos também que ter condições internas boas para poder dar resposta às vossas solicitações. Em termos de viaturas o nosso parque automóvel está completamente velho e deteriorado, gastamos fortunas na reparação das viaturas. A Câmara Municipal não tinha material para os carpinteiros trabalharem, tivemos que comprar ferramentas. Quanto às valetas de Vila Nova concordo e vão ser feitas, é só uma questão de arranjarmos pessoal. Queria ainda dizer que relativamente às máquinas, que se passaram na estrada entre Sacados e Ribas é porque não têm matrícula. Infelizmente as máquinas não têm matrículas há anos, andam ilegais, já apanhámos uma multa e posso dizer que a Câmara anterior só nunca pôs as matrículas nas viaturas porque isso custa muito dinheiro. E somos nós agora ao fim deste tempo todo que vamos resolver esse assunto.” O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço fez a seguinte intervenção: “Queria dizer ao Presidente da Junta de Carvalhais que fiquei positivamente impressionado com a primeira parte da sua intervenção, quanto à segunda parte acho que não teve a mesma coragem no mandato anterior. Eu sou representante do Município na ADRIMAG e neste 8/9 meses nunca me pediu apoio relativamente à ADRIMAG, mas estou sempre disponível. Também queria dizer que não é só do orçamento municipal que as coisas vêm, e a freguesia de Carvalhais é a freguesia que mais candidaturas teve no mandato anterior na ADRIMAG. E tanto quanto sei a Ribeira do Pisão até a tentaram candidatar duas vezes. Se nós tivéssemos tido uma atitude vingativa ou ressabiada com Carvalhais não íamos ajudar ou promover o Festival Jota e já fomos criticados por isso, ou não estávamos a promover um evento de empreendedorismo que tem a ver com a CIM e que vai ser realizado aqui no Bioparque. Por isso para nós Carvalhais é uma freguesia igual às outras. Quando falámos do protocolo com a UBI reparei que ficaram admirados, parecia que não sabiam de nada. Eu entendo que a oposição tem todo o direito e dever de fazer críticas sobre as mais diversas situações como tem feito, mas também têm o dever



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e obrigação de apresentarem propostas concretas positivas e até hoje ainda não vi nenhuma. Para além disso, acho de muito mau tom, que este executivo tenha convidado todos os presidentes de junta, vereadores, membros da Assembleia Municipal para todos os eventos que faz, e a generalidade não aparece e nem sequer se digna a responder aos convites, salvo raras exceções. Em alguns desses eventos havia jantares e lanches e eram valores que poderiam ter sido diminuídos. Eu acredito que por razões pessoais e profissionais nem sempre possam estar presentes. Queria ainda dizer ao presidente da junta de Carvalhais que as receitas não podem ser consignadas, isto pelos tais fundos disponíveis negativos, não é a venda das escolas que nos permite consignar esses valores, só quando o bolo se tornar positivo. Relativamente aos seguros de acidentes pessoais, a Câmara Municipal tinha um contrato com uma seguradora, esse contrato andava na ordem dos 300 mil euros que até era excedido ao ano. Nós fizemos um novo contrato para baixarmos os valores e posso dizer-vos que estamos a poupar 30 mil euros por ano em seguros. E esclareço que o que ficou definido foi que todos os membros da Assembleia Municipal têm seguro de acidentes pessoais. As juntas de freguesia podem fazer os seguros que entenderem. Relativamente à questão da ceia de Natal, eu também devia trazer aqui o material de som da Termalístur que foi para o comício de encerramento do PSD nas últimas eleições, devia trazer aqui um festival do Lenteiro do Rio com entradas pagas para o qual a Termalístur deu 3 mil euros, devia trazer aqui que os equipamentos de determinada coletividade que são lavados há anos na Termalístur sem qualquer deliberação. Agora, e para que não restem dúvidas, a fatura da Ceia de Natal está aqui. A questão é a seguinte: no mandato anterior assinavam de cruz, isto é, não se esqueçam que foi aprovada aqui a alteração estatutária da Termalístur. A Termalístur foi equiparada a uma sociedade comercial, e vieram falar para aqui de ilegalidades na ceia de Natal. Eu tive o cuidado de falar com a nossa jurista sobre isto: a Termalístur não responde à Assembleia Municipal mas sim à Assembleia Geral da própria empresa e eu acho isso injusto, e acho que neste mandato temos que fazer uma revisão dos estatutos da Termalístur. Tenho aqui o valor da fatura da ceia de Natal, 2.695 euros, preço por refeição 11 euros, e posso ainda dizer-vos que toda esta situação foi articulada com o ROC da Termalístur.”

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, tendo-se verificado a seguinte intervenção: Maria de Almeida, residente em Abados, freguesia de Carvalhais, questionou o executivo acerca de uma solução para os problemas que enfrentam há alguns anos, pois no inverno a estrada em frente à sua casa transforma-se num rio impossibilitando a saída e entrada de casa. O Presidente da Câmara Municipal respondeu que já conhecia a situação em causa que já se arrasta há muitos anos. A Câmara Municipal foi autorizando a construção de habitações e muros por onde a água devia passar. Informou que a reparação custa milhares de euros e que neste momento a Câmara Municipal ainda não dispõe de fundos disponíveis para a executar.

ORDEM DO DIA:

3.1 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A “ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”;



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) solicitou esclarecimentos acerca da redução do passivo na ordem de 1 milhão de euros que a Câmara Municipal conseguiu, assim como sobre a utilização de equipamentos da Termalístur para fins partidários tal como o Vereador Pedro Mouro mencionou. O Presidente da Câmara Municipal respondeu: “A Câmara Municipal reduziu nestes últimos meses cerca de um milhão de euros e na Termalístur um milhão de euros. Estamos a falar de uma dívida que recebemos de 26 milhões de euros que agora ronda os 24 milhões. A nível de funcionários reduzimos na Câmara Municipal cerca de 30 funcionários, na Termalístur 61, com a mesma faturação e o mesmo número de utentes que no ano anterior.” Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

3.2 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “PROGRAMA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE “MAIS SAÚDE”; -----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.3 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “POSTO DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL”; -----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.4 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE TERRENO, SITO EM BORDONHOS”; -----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.5 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA TERMALÍSTUR – TERMAS DE S. PEDRO DO SUL, E.M.S.A”;-----

O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) referiu que este estudo era muito otimista mas alertou o executivo para o facto de no ano de 2011 ter havido um prejuízo de 1 milhão de euros quando quem estava à frente da Termalístur era a mesma pessoa que está agora. O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) considerou que era um relatório otimista e que os resultados operacionais apresentam uma evolução favorável. Solicitou que o executivo esclarecesse a razão da diminuição das vendas coincidir com o aumento de gastos com o pessoal. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) referiu que as Termas de S. Pedro do Sul mantiveram a mesma quota de mercado apesar do decréscimo de aquisições a nível nacional e solicitou esclarecimentos do executivo relativamente ao acréscimo de pessoal em 2013. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço lamentou que quer a Câmara Municipal anterior quer a Termalístur não tenham revisto um plano que foi iniciado em 2009 e só agora em 2014 isso seja feito, que a Termalístur podia ter justificado junto do IGF com o término do Turismo Sénior e das participações do Serviço Nacional de Saúde, e que se o tivesse feito não teria havido necessidade da Câmara Municipal ter injetado dinheiro em abril. Referiu ainda que este é um plano adaptado à conjuntura económica atual, que é mais realista,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prevendo-se que não irá haver necessidade de injetar valores por parte da Câmara Municipal nos próximos anos. Não se tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

3.6 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA TERMALISTUR REFERENTE AO 1.º TRIMESTRE DE 2014”; -----

O Presidente da Câmara Municipal destacou que é objetivo promover cada vez mais as Termas de S. Pedro do Sul e que para isso vão avançar campanhas publicitárias na televisão e na rádio, sendo que o Presidente vai visitar diversos municípios com vista a celebrar acordos de cooperação para trazer munícipes desses concelhos às Termas. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.7 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL”;-----

O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço informou que este ponto se referia ao novo ano letivo e à contratação de funcionários para as escolas, uma vez que os contratos terminaram em julho. Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.8 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS PARA 10 LUGARES DE TÉCNICO SUPERIOR DE ENSINO DE INGLÊS, 2 LUGARES DE TÉCNICO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA/DESPORTO E 11 LUGARES DE TÉCNICO SUPERIOR DE ATIVIDADES LÚDICO-EXPRESSIVAS”; -----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.9 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO DETERMINADO PARA 45 LUGARES DE ASSISTENTE OPERACIONAL – APOIO GERAL E EDUCATIVO”;-----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.10 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO DETERMINADO PARA 5 LUGARES DE ASSISTENTE OPERACIONAL – COZINHEIRO”;-----

A Vereadora Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho esclareceu que a proposta refere-se à abertura do novo centro escolar e da contratação de cozinheiros para a cozinha industrial que irá confeccionar refeições para todo o concelho. Não tendo sido verificado nenhum pedido de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.11 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RESPEITANTES AO ACORDO DE COOPERAÇÃO “ENCLAVE”, ENTRE O IEFP E O MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL”;-----

O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço informou que havia um processo judicial com os funcionários do enclave, e outro processo do IEFP com a Câmara Municipal. Após a reintegração dos funcionários, e através de acordo, estes abdicaram dos valores a que tinham direito, mas o IEFP aceitou um pagamento prestacional dos valores em dívida. Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.12 – ANÁLISE DO “RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL (PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL), RESPEITANTE AO 1.º TRIMESTRE DE 2014;-----

O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) referiu-se à sua intervenção feita na Assembleia Municipal de 29.09.2012, acerca da adesão do Município ao PAEL, e aos pontos 5 e 6 onde mencionou que este financiamento é para liquidar ao longo de 14 anos, entre 1 de junho de 2013 e 1 de dezembro de 2026, com juros à taxa média de 4,15%, isto é cerca de 150 mil euros ao ano. No ponto 6 referiu que além dos juros referidos, os sampedrenses serão chamados também a pagar esta solução, com aumentos gigantescos nos tarifários da água, esgotos e lixo: aumento de 7% em 2013, mais 7% em 2014, mais 14% em 2015, mais 13% em 2016 e por aí adiante. Declarou que há 2 anos já alertava a comunidade sampedrense para a fatura que ia ser paga a prazo. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) solicitou esclarecimentos ao executivo acerca do valor recebido do PAEL, de cerca de 2,6 milhões de euros, se este valor já tinha sido gasto e a que atividades foi indexado. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço respondeu: “A questão do PAEL veio novamente a público há pouco tempo a propósito de umas notícias que saíram no Correio da Manhã, porque houve municípios que também se candidataram e por uma razão ou outra ainda não conseguiram ter as verbas do PAEL por não terem o visto do Tribunal de Contas, mas S. Pedro do Sul já tinha recebido esse dinheiro o ano passado e por fases. Foram aprovados 2,8 milhões de euros. Esse valor foi para quê? A dívida excessiva a curto prazo que a Câmara Municipal teve passou para médio e longo prazo porque esse valor foi para limpar faturas de curto prazo, o que faz com que nós em maio já tenhamos pago 75 mil euros de amortizações de juros. O risco destes programas é que aliviam a tesouraria mas depois gasta-se mais dinheiro. O FAM ainda tem uma coisa mais grave que o PAEL que é o facto dos fornecedores a quem os municípios devem dinheiro serem obrigados a fazer um desconto forçado de 10%. Não obstante termos aderido ao PAEL, o problema do curto prazo continua por resolver porque continuamos com dívida de 5 milhões de euros de curto prazo. O PAEL é a troika dos municípios e nós estamos agora amarrados a isso. No que diz respeito aos RSU havia cerca de 40 mil euros de dívida de municípios, muitos deles nem sabiam que tinham essa dívida e agora nós tivemos que os informar e nós é que somos os maus da fita. Lamento a situação mas nós só tivemos que cumprir a nossa obrigação.” Não



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

3.13 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO DO MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL”;-----

O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço esclareceu que vão manter o mesmo ROC mas por um valor 30% abaixo do ano passado. Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -

3.14 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2013”;-----

O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) afirmou que estas contas refletiam a atuação política do anterior executivo. Solicitou esclarecimentos relativamente ao valor de 2 milhões de euros que o executivo informou ter reduzido. Declarou ainda que pelas declarações do executivo parecia que a Câmara Municipal estava a começar do zero, que não tinha sido feito nada nos últimos anos, e que inaugurar obras feitas pelo anterior executivo era fácil. Disse ainda que dívidas a maior parte do País tinha e que a maior parte dessa dívida está relacionada com o dinheiro da Câmara utilizado para investimento nas Termas. O Deputado Municipal André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) referiu que várias Câmaras não tiveram que contrair dívida para fazer obra nem chegar ao valor de 26 milhões de euros, e que alguns membros da Assembleia não tinham conhecimento da situação atual da Câmara Municipal. Questionou quantos postos de trabalho criou a Termalístur em ano de eleições, quantos foram os subsídios atribuídos a coletividades, nomeadamente ao Sampedrense o ano passado. Disse ainda que lamentava que até à presente data a bancada do PSD não tivesse ainda feito uma única proposta. O Deputado Municipal Mário António de Almeida (PSD) considerou que é necessário desmistificar a dívida, uma vez que a Câmara do PSD também tinha herdado dívida. O Presidente da Câmara Municipal, respondendo às intervenções, disse que quase que confirmava que a Câmara estava mesmo a começar do zero, uma vez que era necessário renovar todo o parque automóvel, nova motoniveladora, novos instrumentos de trabalho, novos camiões, maquinaria nova. Disse que estranhava a declaração do Deputado Mário Almeida porque este executivo ainda não tinha inaugurado nenhuma obra feita pela anterior Câmara Municipal, mas que isso sim, estava a pagar na totalidade obras que outros inauguraram. Questionou a bancada do PSD se tinham conhecimento das dívidas da Câmara junto da ADRIMAG, de eventos de há alguns anos que ainda não tinham sido pagas, se tinham conhecimento da dívida junto do Planalto Beirão de 800 mil euros e mais de 700 mil euros à antiga empresa Guedes, que inclusive já tinha ameaçado que cancelava os transportes escolares se a dívida não fosse paga. Prestou esclarecimentos sobre a diferença entre a dívida municipal em conjunto com a Termalístur, os fundos disponíveis e a dívida a curto prazo, e que enquanto não se abater a dívida de curto prazo a Câmara terá fundos negativos. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço informou que o ROC da Termalístur e da Câmara Municipal são distintos. Disse que todos os dias aparecem ofícios com dívidas antigas para pagar, e que inclusive na ADRIMAG e na CIM os outros municípios olham para S. Pedro do Sul como uns “coitadinhos” pela situação complicada que vive. Esclareceu que há Câmaras Municipais que fazem investimento, como é



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

normal, mas que por possuírem uma estrutura de custos baixa, conseguem depois pagar o investimento sem contrair dívida. Deu como exemplo a Câmara Municipal de Arouca, que tem uma dimensão parecida com a de S. Pedro do Sul, mas que só possui cerca de 180 funcionários. Logo aí são menos 3 milhões de euros de custos com o pessoal. Afirmou que o decréscimo do passivo de 1 milhão de euros que conseguiram é real, e que são sempre prejudicados por terem uma estrutura de custos muito elevada, com cerca de 3,4 milhões de euros de fundos negativos. Informou que os fundos tinham disparado novamente devido aos 750 mil euros que tiveram de ser injetados na Termalitur. Sobre a “bela variante” informou que ainda tinham mais de 100 mil euros de terrenos por pagar e que este executivo aproveitou para candidatar estes terrenos e que vão receber 85% do valor. Que devido ao inverno rigoroso, a Câmara teve que comprar 30 mil euros de massas frias e que ainda havia presidentes de junta a queixar-se que ainda havia estradas esburacadas, que o Cineteatro e o Pavilhão Municipal não tinham certificado elétrico e tiveram que contratar um engenheiro eletrotécnico pois uma vez até cortaram a eletricidade do Cineteatro. Que só o ano passado se gastaram 120 mil euros em peças para as viaturas, que a meio do ano letivo um dos autocarros que fazia o transporte escolar atingiu a idade limite e a Câmara Municipal teve que contratar uma empresa a preços elevadíssimos porque não existia um plano B. Que já foram gastos mais de 25 mil euros em programas informáticos pois as licenças já estavam caducadas há mais de 1 ano. Reforçou que se fosse só a dívida conseguiam gerir, que o problema são estas situações que aparecem todos os dias. Finalizou dizendo que o anterior executivo tinha herdado menos dívida que a que deixou, mas que certamente este executivo vai deixar menos dívida que a que herdou. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

3.15 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “MOÇÃO SOBRE OS ATAQUES DE LOBOS JUNTO DAS ALDEIAS DA SERRA DA FREITA”; -----

O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) solicitou esclarecimentos ao executivo sobre quais as ações que estão a tomar sobre o assunto em causa. Informou que os cães de gado vêm ainda crias para os criadores e que é atribuído 1 por cada 50 animais, e que no 1.º ano é pago o tratamento veterinário e alimentação, que ficam depois a cargo do criador. Que após o ataque o criador tem 48 horas para comunicar o mesmo, mas que o ICNF só paga passado um ano, apesar do proprietário do gado ter que repor o animal passado 10/14 dias às suas próprias custas, sob pena de não lhe serem pagos os subsídios. Disse que a criação de cercas era a solução ideal para o gado bovino e que subsistem cada vez mais os ataques dentro das populações, onde são atacados os cães uma vez que não há presas naturais para o lobo atacar. Foi feita a introdução de corços como presas naturais no Maciço da Freita, no entanto não há habitat para o corço na Arada. Solicitou, ainda que, em próximas situações, a Câmara Municipal envolva as Juntas de Freguesia na procura de soluções. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço afirmou que concordava com o que tinha sido dito, mas antes dos lobos chegarem ao Candal já estavam em Covas do Monte. Informou que este assunto foi levado à Reunião da Câmara Municipal e à Assembleia Municipal exatamente por uma exposição feita pelo Presidente da União de Freguesias de Carvalhais e Candal, mas que era um assunto que não é da competência da



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara. O que podem fazer é alertar todas as entidades competentes para esta questão. Solicitou que estes assuntos fossem tratados com muita ponderação, discrição e calma pois já havia pessoas com medo de fazer turismo na Serra. Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.16 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “REGULAMENTO DE MERCADO DE AGRICULTURA TRADICIONAL”;-----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

3.17 – NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.-----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título.-----

O Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação, em minuta, do ponto 3.2 ao ponto 3.11 e do ponto 3.13 ao ponto 3.17, tendo os membros da Assembleia Municipal concordado, por unanimidade.

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 14h00, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelo Presidente e pelos Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,